(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. ("Companhia") - em recuperação judicial, com sede na Avenida Brasil, 3.141, no município e Estado do Rio de Janeiro, tendo suas ações negociadas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código RPMG3. A Companhia é controlada pela XOROQUE Participações S.A., companhia de capital fechado.

A Companhia tem por objeto social: (i) exploração, no Estado do Rio de Janeiro, de uma refinaria de petróleos e de outras indústrias conexas ou independentes, desde que não obstadas por ato do Governo Federal; (ii) importação de petróleos crus, venda de derivados de petróleos no país e sua exportação, quando autorizada; (iii) prestação de serviços relacionados com a atividade de refino; e (iv) armazém geral.

A Companhia possui participação societária nas seguintes investidas controladas:

			Participação direta no capital		ta no capital
Investidas			30/09/	2022	31/12/2021
Manguinhos Distribuidora S.A em recuperação judicial (a)		99	,04%	99,04%	
Manguinhos Química S.A em recuperação judicial (b)		100	,00%	100,00%	
Gasdiesel Distribuidora de Per	róleo Ltda	- em recuperação judicial (c)	1.	.00%	1,00%

- (a) Manguinhos Distribuidora S.A. em recuperação judicial sociedade anônima com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com objeto social preponderante a distribuição de combustíveis em geral (derivados do petróleo), a comercialização, envasilhamento e transporte desses produtos. A Manguinhos Distribuidora S.A. em recuperação judicial, possui participação de 99% no capital social da Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. em recuperação judicial (participação indireta da Companhia);
- (b) Manguinhos Química S.A. em recuperação judicial sociedade anônima com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, com objeto social preponderante a industrialização e comércio de derivados de petróleo e formulação e comercialização de outros produtos químicos. A investida encontra-se com suas atividades operacionais paralisadas;
- (c) Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. em recuperação jud<mark>icial so</mark>ciedade limitada com sede na cidade de Araucária, no Estado do Paraná, com objeto social preponderante o comércio atacadista e transporte rodoviário de derivados de petróleo e de outros combustíveis. A investida encontra-se com suas atividades operacionais paralisadas.

A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto de grupo empresarial, utilizando-se de ou fornecendo para a estrutura de empresas ligadas, às atividades de gestão, operação e administração dos negócios.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. Contexto operacional -- Continuação

### 1.1. Recuperação judicial

Em 15 de maio de 2015, a Companhia em vista da situação financeira desfavorável no qual se encontrava, prejuízos acumulados, obrigações fiscais em atraso e alto índice de endividamento, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação" - Processo nº 0220184-63.2015.8.19.0001), em conjunto com as suas controladas Manguinhos Distribuidora S.A. - em recuperação judicial, Manguinhos Química S.A. - em recuperação judicial e Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. - em recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei no 11.101/05. Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas tiveram seu Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia de credores e homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017 (publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 17 de julho de 2017).

## 2. Base de elaboração e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das informações trimestrais estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requer em maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na Nota 3.1.

As informações trimestrais, ind<mark>ividuais e consoli</mark>dadas, f<mark>oram aprovadas p</mark>elo Conselho de Administração em 14 de novembro de 2022.

### 2.1. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração e são consideradas como informação adicional.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 2. Base de elaboração e apresentação das informações trimestrais--Continuação

### 2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil é o Real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas em moeda funcional, são convertidos pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento, quando aplicável. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

### 2.3. Consolidação

As informações trimestrais consolidadas, foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na Nota 3. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

Nas informações tri<mark>mestrais</mark> consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas, custos e despesas entre as sociedades consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de não controladores.

## 3. Principais práticas adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais, individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

### 3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das informações trimestrais, as premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data-base das informações trimestrais, individuais e consolidadas, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos são descritas a seguir:

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 3. Principais práticas adotadas--Continuação

### 3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

### (a) Provisão para perdas de estoques

A provisão para perdas de estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos em sua planta industrial.

### (b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise de histórico de perdas ou conhecimento de dificuldade financeira do cliente, monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

## (c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e suas controladas, poderão afetar adversamente as probabilidades e consequentemente as estimativas realizadas.

A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, principalmente, fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, como resultado de acontecimentos do passado, para provável saída de recursos envolvendo benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

### (a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo.

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual
resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo
modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

(Em recuperação judicial)

## Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 3. Principais práticas adotadas--Continuação

## 3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

### (a) Ativos financeiros -- Continuação

 Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

### (b) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta corrente, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da Companhia, e não para investimentos com outros propósitos. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, quando aplicável, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Aplicações financeiras restritivas ou com vencimento superior a 90 dias são classificadas como títulos e valores mobiliários. Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia não possuía aplicações financeiras com liquidez imediata, restritivas ou com vencimentos superiores a 90 dias.

#### 3.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelas vendas de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, se necessária.

A perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber como descrito na Nota 3.1 (b).

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 3. Principais práticas adotadas--Continuação

### 3.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "custo médio ponderado". As provisões para perda de estoque, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela Administração como descrito na Nota 3.1 (a).

### 3.6. Imobilizado

### (a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado <u>são men</u>surados pelo custo histórico de <u>aquisiç</u>ão ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (<u>impairment</u>) acumulada, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

### (b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os gastos com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### (c) <u>Depreciação</u>

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

## 3.7. Intangível

Representado por gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação, licenças para utilização de *softwares* e direito de uso de imóveis, sendo registrados ao custo de aquisição e/ou formação e obrigações contratuais a pagar, sendo amortizados de acordo com o seu prazo de vida útil estimado ou liquidação da obrigação.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 3. Principais práticas adotadas--Continuação

### 3.8. Arrendamento mercantil

Em atendimento ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 os contratos de aluguel passaram a ser reconhecidos como contratos de arrendamento de longo prazo, como Ativos e Passivos de arrendamento. O aluguel correspondente aos contratos de curto prazo continua sendo reconhecido, por competência, como despesa de ocupação.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente pelas taxas projetadas e prazos previstos nesses contratos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula renovatória.

#### 3.9. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido até o período de 12 (doze) meses subsequentes (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longos). Caso contrário, e quando aplicável essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

## 3.10. Obrigaçõe<mark>s tribu</mark>tárias

São obrigações a pagar representadas por: (i) Impostos federais, estaduais e municipais, apurados sobre a atividade operacional (corrente e do passado) da Companhia; e (ii) Parcelamentos tributários em geral. O saldo encontra-se segregado nas informações trimestrais, entre passivo circulante e não circulante, mediante a expectativa de pagamento, de acordo com os respectivos vencimentos.

### 3.11. Adiantamento de clientes

Referem-se a valores receb<mark>idos antecipadam</mark>ente de <mark>clientes, decorre</mark>ntes de vendas de produtos, para entrega futura.

### 3.12. Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 3. Principais práticas adotadas--Continuação

## 3.13. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 3.14. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas administrativas e judiciais

As práticas contábeis <mark>para reg</mark>istro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, são divulgadas nas informações trimestrais.

A provisão para demandas administrativas e judiciais, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis e está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pelos consultores jurídicos e Administração da Companhia, inclusive, quanto à sua classificação no não circulante.

### 3.15. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, no mínimo, anualmente, o valor contábil líquido de seus principais ativos, em especial, o imobilizado, os investimentos e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 3. Principais práticas adotadas--Continuação

## 3.15. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente.

Não foram registradas perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos no trimestre findo em 30 de setembro de 2022.

#### 3.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, bem como das eliminações das vendas entre as empresas controladas no consolidado.

A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

### 3.17. Resultado básico e resultado diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do trimestre atribuível aos acionistas da Companhia e pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Para os trimestres findos em 30 de setembro de junho de 2022 e de 2021 o resultado básico é igual ao resultado diluído, conforme mencionado na Nota 23.

## 3.18. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos f<mark>luxos de</mark> caixa foram preparadas pelo método in<mark>direto e</mark> estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

É composto por:

	Contro	ladora	ora Consolidado		
Descrição	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Caixa e bancos	13	13	13	13	
Total	13	13	13	13	

(Em recuperação judicial)

## Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 5. Contas a receber

É composto por:

	Contro	ladora	Consolidado	
Descrição	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas - Nota 8.2	435.805	336.558	435.805	336.087
Contas a receber - demais clientes	422.671	1.185.114	422.671	1.185.114
Total	858.476	1.521.672	858.476	1.521.201

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas para créditos de difícil realização. Em 30 de setembro de 2022 não foram estimadas perdas futuras.

## 5.1. Composição por idade de vencimento

			Controladora		Consolidado		
Descrição			30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
À vencer			621.021	796.172	621.021	795.701	
Vencidos até 30 dias			87.937	254.732	87.937	254.732	
Vencidos de 31 a 60 dias			119.614	245.220	119.614	245.220	
Vencidos acima de 61 dias			29.904	225.548	29.904	225.548	
Total		_	858.476	1.521.672	858.476	1.521.201	

## 6. Estoques

É composto por:

			Controladora		Consolidado		
Descrição		3	0/09/2022	31/12	2/2021	30/09/2022	31/12/2021
Matéria-prima Estoque próprio em poder de ter Produtos acabados Total	ceiros (i)	_	195.201 3.087 46.212 <b>244.500</b>		54.468 3.940 8.486 <b>66.894</b>	195.201 6.631 46.383 <b>248.215</b>	54.468 4.389 9.298 <b>68.155</b>

<sup>(</sup>i) Referem-se aos estoques de matérias-primas e/ou produtos acabados armazenados em depósitos de terceiros.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 7. Adiantamento a fornecedores

É composto por:

	Contro	Consolidado		
Descrição	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Matéria-prima em geral (i)	1.837.929	1.768.418	1.837.929	1.768.418
Outros serviços e produtos	10.021	11.516	10.090	11.565
Total	1.847.950	1.779.934	1.848.019	1.779.983

<sup>(</sup>i) Referem-se a adiantamentos para importações junto aos fornecedores conforme acordos comerciais realizados para reserva de matérias-primas utilizadas na produção de Gasolina A, Diesel A e Diesel Marítimo. Cabe ressaltar que, a Administração da Companhia tem estimativa de realização do saldo apresentado até o final do 3º trimestre de 2023.

### 8. Partes relacionadas

É composto por:

### 8.1. Ativo

	Controladora		Consolidado		
Descrição	30/0 <mark>9/2022</mark>	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Yield Financial Services S.A. (i) Alpha Financial Ltda. (i) Manguinhos Distribuidora S.A. (ii) Manguinhos Química S.A. (ii)	1.556.692 101 8.164 120	432.655 - 8.313 123	1.560.251 212 -	441.588 - - -	
Total	1.565.077	441.091	1.5 <mark>60.463</mark>	441.588	
Circulante Não circulante	1.556.794 8.283	432.6 <mark>55</mark> 8.436	1.560.463	441.588 -	

<sup>(</sup>i) Refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas.

### 8.2. Atividade operacional

		Consolidado		
Descrição	Natureza	30/09/2022	31/12/2021	
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	Contas a receber	435.784	336.087	
Axa Oil Petróleo S.A.	Adto a fornecedor	-	1.508.444	
Logfit Logística e Serviços S.A.	Fornecedores	4.008	1.127	
Yield Financial Services S.A.	Fornecedores	472	179	

<sup>(</sup>ii) Referem-se às operações de contas a receber da Controladora com suas controladas, as quais foram incluídas no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 16 de dezembro de 2016 e homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 7 de julho de 2017, conforme Nota 1.1.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 8. Partes relacionadas--Continuação

## 8.2. Atividade operacional -- Continuação

Descrição		Conso	lidado
	Natureza	30/09/2022	30/09/2021
Fera Lubrificantes Ltda.	Receitas (i)	-	1.321
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	Receitas (i)	1.906.198	1.310.108
Axa Oil Petróleo S.A.	Receitas (ii)	1.550	1.470
Magro Advogados Associados	Despesas	(41.277)	(35.808)
Logfit Logística e Serviços S.A.	Despesas	(24.337)	(6.655)
Yield Financial Services S.A.	Despesas	(5.670)	(2.549)

<sup>(</sup>i) Refere-se a receitas de vendas de produtos e serviços prestados de armazenagem.

## 9. Provisão para passivo a descoberto de investidas (Investimentos)

É composto por:

	Controladora		
Descrição	30/09/2022	31/12/2021	
Manguinhos Distribuidora S.A Em Recuperação Judicial Manguinhos Química S.A Em Recuperação Judicial Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda Em Recuperação Judicial	100.244 14.133 99	103.631 14.788 99	
Total	114.476	118.518	

## 9.1. Movimentação da provisão para passivo a descoberto de investidas (Investimentos)

		30/09/	/2022	
Descrição	Manguinhos Distribuidora S.A.	Manguinhos Química S.A.	Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.	Total
Saldos em 31/12/2021	103.631	14.788	99	118.518
Equivalência patrimonial	6.137	1.178		7.321
Outras movimentações (i)	(9.524)	(1.833)	(6)	(11.363)
Saldos em 30/06/2022	100.244	14.133	<b>99</b>	<b>114.476</b>

<sup>(</sup>i) Refere-se à amortização de saldos entre operações mantidas pela Companhia junto as suas controladas.

<sup>(</sup>ii) Refere-se a receitas somente de serviços prestados de industrialização e armazenagem.

(Em recuperação judicial)

## Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

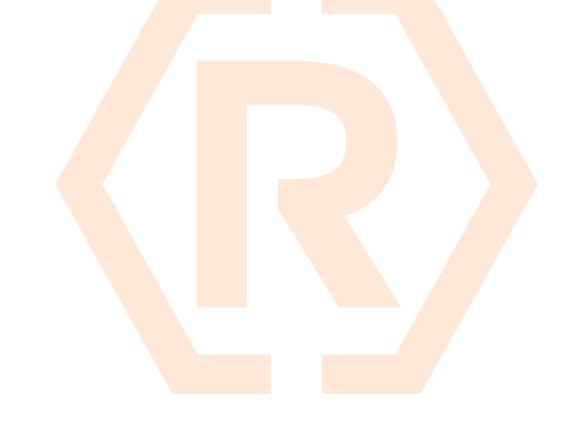
30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 9. Provisão para passivo a descoberto de investidas (Investimentos)--Continuação

## 9.2. Informações financeiras das investidas

	30/09/2022					
Descrição	Manguinhos Distribuidora S.A.	Manguinhos Química S.A.	Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.			
Participação direta no capital	99,04%	100%	1,00%			
Participação indireta no capital	-	-	99,00%			
Ativo	323.415	7.174	300			
Passivo	424.630	21.307	10.084			
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(101.215)	(14.133)	(9.784)			
Prejuízo do período	(6.196)	(1.178)	(559)			



(Em recuperação judicial)



## Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 10. Imobilizado

É composto por:

#### Controladora

	Vida útil	30/09/2022			31/12/2021			Movimen	tação líquida - 3	30/09/2022
Descrição	(anos)	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	95.180	-	95.180	95.180	-	95.180	-	-	-
Edifícios e construções	10 a 30	27.091	(27.091)	-	27.091	(27.063)	28	-	(28)	(28)
Instalações	10 a 30	144.242	(129.983)	14.259	143.600	(129.954)	13.646	642	(29)	613
Máquinas e equipamentos	6 a 8	33.708	(21.965)	11.743	28.642	(20.991)	7.651	5.066	(974)	4.092
Equip. de armazenagem e transfer.	6 a 8	51.090	(25.714)	25.376	51.090	(25.714)	25.376	-	-	-
Móveis e utensílios	2 a 6	7.178	(6.320)	858	6.959	(6.235)	724	219	(85)	134
Veículos	5	1.155	(710)	445	688	(621)	67	467	(89)	378
Computadores e periféricos	1 a 3	13.663	(5.780)	7.883	12.106	(5.194)	6.912	1.557	(586)	971
Benfeitoria em bens próprios	10 a 30	49.132	(12.844)	36.288	49.041	(11.973)	37.068	91	(871)	(780)
Imobilizado em andamento	-	109.114	-	109.114	60.987	-	60.987	48.127	-	48.127
Total		531.553	(230.407)	301.146	475.384	(227.745)	247.639	56.169	(2.662)	53.507

#### Consolidado

	Vida útil	30/09/2022		31/12/2021			Movimen	tação líquida - 3	0/09/2022	
Descrição	(anos)	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	103.034	-	103.034	103.034	-	103.034	-	-	-
Edifícios e construções	10 a 30	32.500	(32.143)	357	32.500	(32.064)	436	-	(79)	(79)
Instalações	10 a 30	147.443	(132.509)	14.934	146.801	(132.436)	14.365	642	(73)	569
Máquinas e equipamentos	6 a 8	39.502	(26.967)	12.535	34.387	(25.903)	8.484	5.115	(1.064)	4.051
Equip. de armazenagem e transfer.	6 a 8	51.815	(26.288)	25.527	51.815	(26.266)	25.549	-	(22)	(22)
Móveis e utensílios	2 a 6	7.817	(6.908)	909	7.578	(6.820)	758	239	(88)	151
Veículos	5	1.284	(839)	445	817	(750)	67	467	(89)	378
Computadores e periféricos	1 a 3	14.120	(6.195)	7.925	12.530	(5.599)	6.931	1.590	(596)	994
Benfeitoria em bens próprios	10 a 30	50.267	(13.978)	36.289	50.176	(13.128)	37.048	91	(850)	(759)
Imobilizado em andamento	-	109.619	-	109.619	61.359	-	61.359	48.260	-	48.260
Total		557.401	(245.827)	311.574	500.997	(242.966)	258.031	56.404	(2.861)	53.543

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 10. Imobilizado--Continuação

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), os itens do ativo imobilizado, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que para o trimestre findo em 30 de setembro de 2022, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

## 11. Fornecedores

É composto por:

	Contro	Controladora		lidado
Descrição	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores - Recuperação Judicial (i) Fornecedores de mercadorias Fornecedores de uso e consumo e outros Total	1.651	2.067	21.071	21.756
	23.922	24.955	23.922	24.955
	24.601	13.205	25.057	13.450
	<b>50.174</b>	40.227	<b>70.050</b>	<b>60.161</b>
Circulante	48.761	38.38 <mark>5</mark>	51.088	40.399
Não circulante (Nota 11.1)	1.413	1.842	18.962	19.762

<sup>(</sup>i) Fornecedores incluídos no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 16 de dezembro de 2016, e homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 7 de julho de 2017, conforme Nota 1.1.

### 11.1. Composição da parcela não circulante (por ano de vencimento)

		Contro	Controladora		lidado
Descrição		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
2023 (ou 2023 a partir de outubro	)	60	562	527	2.331
2024		238	225	2.108	1.994
2025 em diante		1.115	1.055	16.327	15.437
		1.413	1.842	18.962	19.762

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 12. Obrigações tributárias

São compostas por:

Descrição         30/09/2022         31/12/2021         30/09/2022         31	/12/2021
Ectoduci	C C42 272
Estatual	0.040.070
ICMS a recolher 7.907.838 6.642.905 7.908.204	6.643.273
ICMS parcelamento (a) 87.681 106.968 100.561	123.455
7.995.519 6.749.873 8.008.765	6.766.728
Federal	
PIS e COFINS a recolher	10
IRPJ e CSLL a recolher 19.745 15.796 19.745	15.796
Impostos e contribuições retidos na fonte 1.575 1.555 1.613	1.600
Parcelamento PERT <b>(b)</b> 18.246 33.700 18.246	33.700
Parcelamento Federal Especial (c) 202.893 213.884 202.951	213.979
Parcelamento de PIS e COFINS (d) 47.939 52.200 47.939	52.200
Parcelamento Especial PGFN (e) 258.523 241.686 258.523	241.686
Impostos diferidos <b>(f)</b> 10.997 14.946 10.997	14.946
Outras obrigações 248 391 288	440
560.166 <b>574.158</b> 560.302	574.357
Municipal	
IPTU a recolher - 1.387	1.389
ISS a recolher - 10	12
- 1.397	1.401
Total 8.5 <mark>55.685 7.324.031 8.5</mark> 70.464	7.342.486
Circulante 8,258,077 6,993,647 8,267,720	7.002.861
Circulante       8.258.077       6.993.647       8.267.720         Não circulante (Nota 12.1)       297.608       330.384       302.744	339.625

A Companhia enfrentou dificuldades operacionais, desde a publicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, quanto ao não cumprimento de algumas obrigações e que levaram a solicitar recuperação judicial conforme comentado na Nota 1.1. Nesse sentido, a Administração da Companhia, por intermédio de seus assessores jurídicos, vem trabalhando na reparação das perdas e possíveis prejuízos ocasionados, através da Ação Indenizatória nº 0420150- 07.2015.8.19.0001 - 2ª Vara de Fazenda Pública.

Em 21 de agosto de 202<mark>0 em jul</mark>gamento virtual do Agravo Regimental da Ação Cível Originária nº 2.162 ("ACO 2162") pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), discussão do Decreto nº 43.892/2012 editado pelo Estado do Rio de Janeiro para declarar de utilidade pública e interesse social as instalações da Companhia, a Corte Suprema confirmou a nulidade do Decreto, garantindo a posse do terreno localizado na Avenida Brasil nº 3.141, Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

### (a) Parcelamentos ICMS

Parcelamentos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) celebrados, no qual, a Companhia está em situação adimplente, de acordo com os prazos e parcelas estabelecidas. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas Controladas possuem 16 (dezesseis) parcelamentos em vigor com parcelas a pagar entre 15 (quinze) a 172 (cento e setenta e duas), de acordo com cada parcelamento específico.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 12. Obrigações tributárias--Continuação

## (b) PERT (Programa Especial de Regularização Tributária)

Em 18 de agosto de 2017, a Companhia e sua controlada Manguinhos Distribuidora S.A. - em recuperação judicial, realizaram adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária instituída pela Medida Provisória n.º 783 de 2017 e convertida na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, de débitos de natureza tributária e não tributária, no âmbito Federal, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício. A consolidação e quitação do parcelamento previdenciário e dos demais débitos da Receita Federal, ocorreram durante o exercício de 2018, com pagamento à vista, mediante a utilização de prejuízos fiscais e base negativa e por meio de recursos financeiros. O saldo remanescente, refere-se a débitos da PGFN, os quais estão sendo pagos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía 58 (cinquenta e oito) parcelas a pagar.

### (c) Parcelamento Federal Especial

A Companhia protocolou no 2º trimestre de 2019 o pedido de adesão ao Parcelamento Federal Especial das empresas em recuperação judicial, instituído pela Lei nº 10.522/2002, para os débitos dos impostos federais (PIS, COFINS, CIDE, entre outros), que se encontra pendente de consolidação. A Companhia está realizando os pagamentos estimados com expectativa de quitação em 84 (oitenta e quatro) parcelas, conforme previsão legal.

### (d) Parcelamento de PIS e COFINS

A Companhia protocolou pedido de Parcelamento Ordinário em 10 de dezembro de 2020, para pagamento em 60 (sessenta) parcelas dos débitos de PIS e COFINS junto à Secretaria da Receita Federal (RFB), das competências de setembro e outubro de 2020. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía 40 (quarenta) parcelas a pagar.

### (e) Parcelamento Especial PGFN

A Companhia protocolou pedido de Parcelamento Especial em 24 de junho de 2021, para pagamento em 120 (cento e vinte) parcelas dos débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Cabe ressaltar que o montante parcelado estava provisionado como perdas prováveis na rubrica "Provisões para demandas administrativas e judiciais - Tributário" Nota 13.1 e desta forma, foi reclassificada para a rubrica "Obrigações tributárias - Parcelamento Especial PGFN" na data do protocolo do referido parcelamento. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía 104 (cento e quatro) parcelas a pagar.

### (f) Impostos diferidos

Refere-se ao imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) apurado pela Companhia no custo atribuído (valorização) dos bens do ativo imobilizado registrado em exercícios anteriores, cuja realização está relacionada com apuração da depreciação dos respectivos ativos.

### 12.1. Composição da parcela não circulante (por ano de vencimento)

	Contro	Consolidado		
Descrição	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
2023 (ou 2023 a partir de outubro)	31.379	92.079	33.674	99.480
2024	53.794	71.590	54.910	72.579
2025 em diante	212.435	166.715	214.160	167.566
	297.608	330.384	302.744	339.625

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 13. Provisões para demandas administrativas e judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão contábil para as respectivas demandas judiciais.

### 13.1. Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas possuem registradas as seguintes provisões para fazer face às eventuais demandas judiciais, classificadas pelos assessores jurídicos como perda provável:

		Contro	ladora	Consolidado		
Descrição		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Tributário		185.957	185.957	267.761	268.618	
Trabalhista		2.459	2.611	5.758	5.910	
Cíveis e outros		19.240	17.599	27.503	25.862	
Total processos - perda	s prová <mark>veis</mark>	207.656	206.167	301.022	300.390	

### 13.2. Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas também possuem outras demandas judiciais que foram classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, portanto, não foram registradas provisões nas respectivas informações trimestrais, individuais e consolidadas. Essas demandas judiciais somam aproximadamente:

	Controladora		Consc	lidado
Descrição	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Tributário Trabalhista	5.276.446 3.158	5.2 <mark>76.446</mark> 3.158	/	5.828.462 3.158
Cíveis e outros  Total processos - perdas possíveis	16.030 <b>5.295.634</b>	16.030 <b>5.295.634</b>	17.726	17.726 <b>5.849.346</b>

### 13.3. Precatórios

A Companhia e suas controladas utilizaram precatórios durante os exercícios de 2007 a 2015 para compensação das obrigações fiscais estaduais. Entretanto, no intuito de preservar seu patrimônio diante de uma eventual execução fiscal (1), passou a controlar em contas contábeis os direitos e obrigações já utilizados até sua homologação por parte das autoridades fiscais.

O saldo total utilizado foi de R\$ 412.522. A Companhia mantém diversas ações em andamento no âmbito judiciário com o intuito de homologação desses créditos.

<sup>&</sup>quot;(1) Eventual execução fiscal será garantida e satisfeita com os precatórios, possibilidade está reconhecida pelos Tribunais, conforme se verifica através da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o qual reconhece que o precatório vencido e não pago pelo Estado exequente equivale a dinheiro (Resp. 365.095/ES, Resp. 546247/DF e Embargos de divergência em Recurso Especial nº 852.425/RS)."

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 13. Provisões para demandas administrativas e judiciais--Continuação

### 13.4. Depósitos judiciais

Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Depósitos judiciais	13.274	8.030	13.545	8.302	
Total	13.274	8.030	13.545	8.302	

# 14. (Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente:

### 14.1. Conciliação das provisões de impostos de renda e contribuição social

	Control	Controladora		lidado
Descrição	30/09 <mark>/2022</mark>	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Resultado ante <mark>s do IRP</mark> J e CSLL	(678.847)	(130.458)	(678.906)	(130.527)
(-) Multa sobre parcelamento	12.109	60.483	12.160	60.483
(-) Equivalênci <mark>a patrimo</mark> nial	7.321	8.443	-	-
(+/-) Outras adições e exclusões, líquidas	228	158	240	165
Base do Lucro R <mark>eal</mark>	(659.189)	(61.374)	(666.506)	(69.879)
Imposto de renda <mark>e contrib</mark> uição soci <mark>al</mark>	-			

Não foram registrados nestas informações trimestrais os créditos de imposto de renda e da contribuição social, devido ao não atendimento de todas as orientações técnicas previstas no pronunciamento contábil CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

## 15. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

## 15.1. Capital social

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 208.714, representado por 67.691.629 (sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e nove) ações ordinárias sem valor nominal.

## 15.2. Reserva de capital

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 19.752 é composto por: i) R\$ 14.821 referente à Incentivos fiscais; ii) R\$ 4.925 referente à Reserva especial (lei nº 8.200/91); e iii) R\$ 6 referente a Doações.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 15. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)--Continuação

## 15.3. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo em 30 de setembro de 2022 é R\$ 21.160 (R\$ 28.825 em 31 de dezembro de 2021) é representado pelo custo atribuído (valorização) dos bens do ativo imobilizado, líquido dos impostos, registrado em exercícios anteriores, cuja realização está relacionada com apuração da depreciação dos respectivos ativos.

## 15.4. Ações em tesouraria

Em 14 de abril de 2003, foi aprovada em reunião realizada pelo Conselho de Administração, à aquisição pela Companhia de ações próprias no montante de R\$ 224, representado por 7.349 (sete mil, trezentos e quarenta e nove) ações ordinárias sem valor nominal.

## 16. Receita operacional líquida

É composta por:

	Contro	ladora	Conso	lidado
Descrição	30/09/2022	30/09/2 <mark>021</mark>	30/09/2022	30/09/2021
Receita bruta de v <mark>endas e serviços  </mark>				
Gasolina	4.044.613	2.817.977	4.0 <mark>5</mark> 2.199	2.819.926
Diesel	1.319.985	67.059	1.317.115	67.059
Diesel Marítimo	7.495	21.516	7.444	21.516
Álcool Hidratado	-	-	2.048	3.255
Outros	-	434	-	434
Serviços de industrialização/armazenagem	21.421	11.937	21.421	11.937
	5.393.514	2.918.923	5.400.227	2.924.127
Deduções				
(-) Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(1.850.314)	(1.581.502)	(1.511.621)	(1.582.804)
(-) Descontos, abatim <mark>entos e d</mark> evoluçõ <mark>es de ven</mark> das	_	(285)	-	(285)
	(1.850.314)	(1.581.787)	(1.511.621)	(1.583.089)
Receita operacional líqui <mark>da</mark>	3.543.200	1.337.136	3.888.606	1.341.038

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 17. Custos e despesas por natureza

São compostos por:

	Contro	ladora	Consolidado		
Descrição	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	
Combustíveis	(3.903.660)	(1.225.166)	(4.242.919)	(1.228.798)	
Serviços prestados pessoa jurídica (Nota 17.1)	(112.485)	(96.371)	(119.856)	(100.590)	
Recursos humanos	(63.473)	(51.797)	(66.125)	(54.032)	
Fretes e carretos	(23.957)	(8.009)	(24.871)	(8.227)	
Multa sobre parcelamento (i)	(12.109)	(60.483)	(12.109)	(60.483)	
Propaganda e publicidade	(20.684)	(12.400)	(20.684)	(12.400)	
Outras despesas com importação	(6.041)	(5.888)	(6.041)	(5.888)	
Consumo de utilidades	(5.248)	(3.805)	(5.436)	(3.978)	
Materiais de consumo	(4.534)	(3.256)	(5.046)	(3.410)	
Impostos e taxas	(5.579)	(4.222)	(6.023)	(4.519)	
Depreciação e amortização	(3.083)	(2.657)	(3.283)	(2.781)	
Outros custos	(24.885)	(7.110)	(24.885)	(7.110)	
Outras despesas	(24.123)	(14.563)	(24.559)	(15.002)	
Total	(4.209.861)	(1.495.727)	(4.561.837)	(1.507.218)	
Composição por natureza					
Custos dos produtos e serviços vendidos	(3.965.705)	(1.250.211)	(4.305.531)	(1.253.843)	
Gerais e administrativas	(244.156)	(245.516)	(256.306)	(253.375)	
Total por natureza	(4.209.861)	(1.495.727)	(4.561.837)	(1.507.218)	

<sup>(</sup>i) Refere-se a multa sobre o Parcelamento Especial de débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Nota 12 (e).

## 17.1. Serviços prestados por pessoa jurídica

		Con	troladora	Conso	lidado
Descrição		30/09/202	2 30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Honorários advocatícios		(55.95	(8) (63.482)	(60.369)	(67.022)
Serviços de armazenagem		(19.47	(6) (9.257)	(20.043)	(9.257)
Serviços de consultoria, inform	<mark>ática</mark> e auditoria	(18.93	(8.487)	(19.176)	(8.649)
Serviços de manutenção e con	sertos	(6.93	(9.231)	(7.080)	(9.366)
Serviços técnicos		(6.01	5) (4.735)	(6.200)	(5.011)
Outros		(5.16	(1.179)	(6.988)	(1.285)
Total		(112.48	(96.371) <b>(96</b> .371)	(119.856)	(100.590)
Total		(112.48	(96.371)	(119.856)	(100.5

## 18. Remuneração da Administração

De acordo com as leis das Sociedades por ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar a remuneração anual dos administradores. Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2022, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e diretoria) da Companhia.

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021, a remuneração total (salários, benefícios, contribuições para seguridade social e verbas de representação dos Administradores) foi de R\$ 1.100 e R\$ 981 respectivamente (R\$ 1.330 e R\$ 1.206 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondente Assembleia de Acionistas ocorrida em 22 de abril de 2022.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 19. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Outras receitas operacionais				
Créditos decorrentes de prejuízo fiscal (i)	-	90.071	-	90.071
Outras receitas	234	463	2.402	2.724
Total outras receitas operacionais	234	90.534	2.402	92.795
Outras despesas operacionais				
Outras despesas	(19)	-	(20)	(3)
Total outras despesas operacionais	(19)		(20)	(3)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	215	90.534	2.382	92.792

(i) A Companhia formalizou requerimento de parcelamento especial para empresas em recuperação judicial de débitos de tributos federais perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), utilizando-se desta forma de créditos decorrentes de prejuízo fiscal conforme Lei 10.522/02, Artigo 10-A, Inciso VI. Cabe mencionar que até 30 de setembro de 2022 o processo para diferimento de tal parcelamento encontra-se em tramitação junto à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes (DEMAC-RJ).

## 20. Resultado financeiro, líquido

		Contro	ladora	Conso	lidado
Descrição		30/0 <mark>9/2022</mark>	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras	(i)	48.196	-	48.196	-
Juros ativos so <mark>bre mútu</mark> os		-	1.913	_	-
Descontos recebidos		15	14	23	14
Total receitas financeiras		48.211	1.927	48.219	14
Despesas financeiras					
Juros passivos (ii)		(51.956)	(54.841)	(54.530)	(55.740)
Despesas bancárias		(160)	(41)	(173)	(50)
Descontos concedidos		-	-	(164)	(132)
Outras despesas financeiras		(75)	(22)	(79)	(25)
Total despesas financeiras		(52.191)	(54.904)	(54.946)	(55.947)
Resultado financeiro, líquido		(3.980)	(52.977)	(6.727)	(55.933)

<sup>(</sup>i) Representado pelos rendimentos oriundos dos recursos da Companhia gerenciados pelas empresas Yield Financial Services S.A. e Alpha Financial Ltda., conforme Nota 8.1;

<sup>(</sup>ii) Representado pela atualização dos parcelamentos realizados pela Companhia e suas controladas.

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 21. Gestão de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta são os seguintes:

### Gestão de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno de suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido e passivo a descoberto da Companhia (Nota 15).

O índice de endividamento são os seguintes:

	Controladora			
Descrição	30/09/2022	31/12/2021		
Dívida (i)	(9.260.038)	(7.737.555)		
Caixa e equivalentes de caixa	13	13		
Contas a receber	858.476	1.521.672		
Dívida líquida	(8.401.549)	(6.215.870)		
Passivo a descoberto (Patrimônio líquido)	(4.233.001)	(3.554.154)		
Endividamento líqu <mark>ido</mark>	(12.634.550)	(9.770.024)		

<sup>(</sup>i) A dívida é definida pelo somatório do passivo circulante e o passivo não circulante.

### Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Administração da Companhia monitora eventuais problemas de não realização relevantes e em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 não estimou perdas em créditos de liquidação duvidosa conforme mencionado na Nota 5.

#### Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações. A Companhia elabora uma análise dos fluxos de caixa projetados e periodicamente revisa as obrigações assumidas.

	Controladora			
Descrição	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
30 de setembro de 2022 Caixa e equivalentes de caixa	13	_	_	13
Contas a receber - A vencer Fornecedores	106.242 (25.539) <b>80.716</b>	104.967 (18.534) <b>86.433</b>	409.812 (4.688) <b>405.124</b>	621.021 (48.761) <b>572.273</b>
31 de dezembro de 2021 Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber - A vencer Fornecedores	13 307.925 (36.089) <b>271.849</b>	127.571 (1.496) <b>126.075</b>	360.676 (800) <b>359.876</b>	13 796.172 (38.385) <b>757.800</b>

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 21. Gestão de riscos--Continuação

### Outros tipos de instrumentos financeiros

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 30 de setembro de 2022.

## 22. Informações por seguimento

A Administração da Companhia baseia os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias informações trimestrais, individuais e consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "Comercialização de combustíveis para distribuidoras".

## 23. Resultado por ação

Em atendimento ao pr<mark>onuncia</mark>mento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação, aprovado pela Deliberação CVM nº636/10, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021:

<u>Básico</u>: o cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis no período:

	Contro	<u>Controla</u> dora		
Descrição	30/09/2 <mark>022</mark>	30/09/2021		
Prejuízo do período - em milhares de reais Quantidade de ações (mil) em circularização Prejuízo básico por lote de mil ações (em reais)	(678.847) 67.692 (10,03)	(130.458) 67.692 (1,93)		

<u>Diluído</u>: o resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos. As ações ordinárias potenciais diluídos se tratam de opções de compra de ações onde é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente é somada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período das opções de compra das ações:

	Controladora		
Descrição	30/09/2022	30/09/2021	
Prejuízo do período - em milhares de reais	(678.847)	(130.458)	
Quantidade de ações (mil) em circularização	67.692	67.692	
Prejuízo diluído por lote de mil ações (em reais)	(10,03)	(1,93)	

(Em recuperação judicial)

### Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 24. Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia possuía cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil, transporte internacional e seguro patrimonial e estoque, conforme demonstrado abaixo:

- Responsabilidade civil: cobertura por danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da operação - R\$ 50.000;
- Risco patrimonial: incêndio, raio e explosão R\$ 100.000;
- Transporte internacional: dano material aos produtos US\$ 50.000.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das informações trimestrais, desta forma, não foram auditadas por nossos auditores independentes.

## 25. Compromisso ambiental (licença de operação)

Em 12 de agosto de 2011, a "Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA", no uso de suas atribuições concedeu licença de operação e recuperação, que teve sua validade prorrogada automaticamente, na forma do art. 28 do Decreto Estadual 44.280/2014, para realizar as atividades de tratamento de Nafta, fabricação de gasolina, solventes especiais, GLP, querosene, diesel, óleo combustível, oriundos da condensação de petróleo e nafta, e para recuperação ambiental da área impactada com passivo decorrente da contaminação do solo e águas subterrâneas.

Em 15 de fevereiro de 2018, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), no uso das atribuições concedeu a licença de operação com validade até 15 de fevereiro de 2023, para a atividade do oleoduto (trecho terrestre e trecho marítimo, considerando a interligação até o parque industrial da Companhia) destinado a transferência de álcool, petróleo, nafta, condensados, aromáticos, óleo diesel e outros derivados.

## 26. Certificação ISO 9001:2015

A Companhia, através de auditoria realizada pela Bureau Veritas Certification - Brasil em seu Sistema de Gestão de Qualidade, obteve a extensão da certificação até fevereiro de 2023, de acordo com os requisitos da NBR ISO 9001:2015, abrangendo o seguinte escopo: "Refino, Processamento, Armazenamento, Movimentação e Comercialização de Derivados de Petróleo, Combustíveis e Biocombustíveis".

# 27. Avaliação dos impa<mark>ctos pela Ad</mark>ministração em decorrência da operação militar realizada pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou a maior operação militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Especialistas mundiais, temem que essa ação possa inaugurar uma nova era de incertezas, perturbar as cadeias de abastecimento e a economia global e forçar uma mudança na influência geopolítica. As operações da Companhia foram impactadas pelas sucessivas altas do preço do barril de petróleo no mercado externo, influenciando desta forma diretamente no aumento substantivo dos custos das matérias-primas utilizadas na produção de Gasolina e Diesel. A Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

\* \* \*